Newsletter

Setembro 2021

FICHA TÉCNICA

Newsletter do CIEQV

Setembro 2021

Número 12 | volume 2

Editores:

José Fernandes Rodrigues

Rui Matos

Filipe Rodrigues

ISSN: 2184-8637

Periodicidade: Mensal

Suporte: Digital

www.cieqv.pt/newsletter/

Conceção gráfica:

CloudByte

Propriedade:

Centro de Investigação em Qualidade de Vida

Avenida Mário Soares, 110, 2040-413 Rio Maior

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto nº UID/CED/04748/2020.

ISSN: 2184-8637

cieqv centro de investigação em qualidade de vida

ÍNDICE

1. Editorial 04
2. Notícia 07
3. Entrevista 13
4. Artigo 16
5. Publicações 33
6. Atividades do CIEQV-LQRC 39
7. Concursos e Financiamentos 41
8. Agenda 44

ISSN: 2184-8637

01

EDITORIAL

Um ano de Newsletters do CIEQV. Em setembro de 2020 dávamos início à publicação deste pasquim comunicacional onde damos conta de parte significativa da produção do nosso Centro de Investigação. Parabéns, Newsletter do CIEQV!

No dia 21 de setembro de 2021, nas instalações da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Santarém, tiveram lugar as II Jornadas Científicas do CIEQV, um momento de reflexão, partilha e proatividade no delinear da futura investigação do Centro. Na abertura das Jornadas pudemos contar com a presença, para além da do Coordenador do CIEQV, o Prof. Doutor José Rodrigues, da Senhora Diretora da Escola Superior de Saúde, a Prof. Doutora Hélia Dias, do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, o Prof. Doutor João Moutão e do Senhor Presidente do Politécnico de Leiria, Prof. Doutor Rui Pedrosa. Todos salientaram a importância que o CIEQV já assume em ambas as instituições, manifestando a disponibilidade para continuar a apoiar a sua atividade. Natural destaque para a revelação efetuada pelo Prof. Doutor Rui Pedrosa ao anunciar que o CIEQV_Leiria, no conjunto das 15 Unidades de Investigação do Politécnico de Leiria, obteve o 1º lugar na categoria “Crescimento” dos Prémios I&D+i Politécnico de Leiria 2021. Este resultado, apesar de se centrar na instituição indicada, reflete claramente o rumo global do CIEQV, face à interdependência das equipas de investigação nele constituídas. Aliás, se dúvidas houvesse quanto a este funcionamento integrado, estas Jornadas foram, a este respeito, elucidativas. As nossas equipas e linhas de investigação não só juntam investigadores de diferentes instituições como, também, agrupam investigadores de diferentes áreas científicas do CIEQV, enriquecendo a sua

produtividade e permitindo atingir a desejada inter e transdisciplinaridade desde o início assumida.

Na presente newsletter, as investigadoras Cláudia Pinheiro e Teresa Figueiras, membros integrados da área científica de Educação e Formação, do CIEQV, apresentam o Projeto "Observatório Nacional da Violência contra Atletas", o qual, em termos globais, visa conhecer a violência exercida contra atletas e prevenir e combater a sua ocorrência em Portugal. É um Projeto que conta com parceiros institucionais de inegável relevância, nomeadamente o Instituto Português do Desporto e Juventude, o Comité Olímpico de Portugal, a Ordem dos Psicólogos de Portugal, a Confederação de Treinadores de Portugal, a Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto e o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género.

Miguel Jacinto, investigador afeto à área científica de Atividade Física e Estilos de Vida Saudáveis do CIEQV, é entrevistado nesta edição. Bolseiro investigador do CIEQV e doutorando em Ciência do Desporto, Ramo Necessidades Educativas Especiais – Atividade Física Adaptada, pela Faculdade Ciências do Desporto e Educação Física – Universidade de Coimbra, fala-nos dos seus projetos. Destaque para o estudo do impacte do exercício físico na aptidão física, capacidade cognitiva e qualidade de vida de indivíduos com dificuldade intelectual e desenvolvimental.

António Brito, membro integrado da área científica de Comportamento Motor, do CIEQV, disserta sobre o quadro legislativo e regulamentar em Portugal no que concerne ao combate ao doping no karaté.

ISSN: 2184-8637

Finalmente, são apresentadas informações relativas a publicações e atividades desenvolvidas e a desenvolver pelo CIEQV e seus membros.

Rui Matos [1,2]

[1] Professor Coordenador da ESECS – Politécnico de Leiria

[2] Subcoordenador do Centro de Investigação em Qualidade de Vida

02

NOTÍCIA

— Observatório Nacional da Violência contra Atletas

Teresa Figueiras[1,2] & Cláudia Pinheiro [1,2]

[1] Professora Doutora, Instituto Universitário da Maia

[2] Membro Integrado do Centro de Investigação em Qualidade de Vida, na área científica Educação e Formação

Porquê o Observatório Nacional da Violência contra Atletas?

Evidências científicas, internacionais e nacionais (e.g., Gretchen Kerr, Wilson, & Stirling, 2020; Ohlert, Seidler, Rau, Rulofs, & Allroggen, 2018; Pinheiro, Pimenta, Resende, & Malcolm, 2014; Vertommen et al., 2016), têm vindo a demonstrar que no contexto desportivo existem situações de violência contra os/as atletas que são sistematicamente silenciadas, validadas e normalizadas e que raramente são partilhadas ou reportadas aos orgãos competentes. Conhecer a violência exercida contra os/as atletas é fundamental para prevenir e combater a sua ocorrência.

De um modo geral, a violência no contexto desportivo pode incluir a exposição a (e.g., Alexander, Stafford, & Lewis, 2011; Brackenridge, Kay, & Rhind, 2012; Evans, Adler, Macdonald, & Cote, 2016; Kari Fasting, Chroni, & Knorre, 2014; Mountjoy, Rhind, Tiivas, & Leglise, 2015):

1) agressões físicas e psicológicas infligidas por figuras de referência (e.g., treinador/a, dirigente, membros da equipa médica, familiares ou pares) (e.g.,

Jacobs, Smits, & Knoppers, 2016; McPherson et al., 2016; Owusu-Sekyere & Gervis, 2014; Pinheiro, Pimenta, & Malcolm, 2018; Vertommen et al., 2016);

2) cargas de treino excessivas potenciando o risco de lesões físicas ou danos psicológicos (e.g., G. Kerr, 2010; McPherson et al., 2016; Oliver & Lloyd, 2015);
3) uma cultura de risco (e.g., treino/competição sob circunstâncias em que os/as atletas se encontram lesionados/as ou emocionalmente desgastados/as) (G. Kerr, 2010; Pike & Scott, 2015);
4) práticas sexuais não consentidas (e.g., Alexander et al., 2011; Fasting et al., 2014; Parent, Lavoie, Thibodeau, Hébert, & Blais, 2016; Rintaugu, Kamau, Amusa, & Torioloa, 2014).

Os efeitos desta violência podem manifestar-se a curto, médio e longo prazos, comprometendo o bem-estar e a saúde dos/as atletas (e.g., Emery, Hagel, Decloe, & Carly, 2010; K. Fasting, Brackenridge, & Walseth, 2002; Gervis & Dunn, 2004; Pinheiro et al., 2018; Stirling & Kerr, 2013) e acima de tudo hipotecando o papel do desporto na formação e desenvolvimento da pessoa.

Apesar destas evidências internacionais, em Portugal há uma escassez de estudos e de mecanismos de reporte que estejam facilmente ao alcance de todos e que permitam às vítimas reportar, anonimamente as situações de violência a que estão ou estiveram expostas no âmbito do treino e/ou competição. Foi neste contexto que, o ISMAI/Maiêutica em colaboração com a Associação Plano i, lançou em setembro de 2020 o Observatório Nacional da Violência contra os/as Atletas (ObNVA). Este observatório procura agregar informação sobre situações de violência contra atletas, à margem das associadas aos eventos desportivos, nomeadamente no espaço reservado ao público (por exemplo com claques), uma vez que estas últimas já são devidamente monitorizadas por outras

entidades. O Observatório Nacional de Violência contra os/as Atletas, concretiza-se num formulário online, anónimo e confidencial que pode ser preenchido por todas e todos que são/foram vítimas de violência exercida sobre o/a atleta no contexto de treino e de competição, que são/foram testemunhas dessa violência ou que tomaram conhecimento da mesma.

Objetivos do projeto

i) Efetuar o levantamento das situações/episódios de violência exercida sobre os/as atletas em diversos contextos (treino, competição, online)
ii) Caracterizar as situações de violência contra atletas, na ótica da compreensão das suas tipologias, dinâmicas, consequências e implicações;
iii) Analisar a perceção do indivíduo que relata, acerca do limite, a partir do qual, entende a ação descrita como um ato de violência.
iv) Encaminhar as pessoas que o desejarem para as autoridades competentes (e.g., órgãos de polícia, serviços de atendimento e apoio a vítimas);
v) Contribuir para o desenvolvimento de estudos científicos no domínio em apreço;
vi) Contribuir para a otimização das políticas e medidas de prevenção e combate à violência contra atletas.

Equipa do projeto

Cláudia Pinheiro – Instituto Universitário da Maia, membro integrado do CIEQV

Teresa Figueiras – Instituto Universitário da Maia, membro integrado do CIEQV

Sofia Neves – Instituto Universitário da Maia. Presidente da Associação Plano i

Janete Borges – Instituto Universitário da Maia

Parceiros do projeto

Instituto Português do Desporto e Juventude

Comité Olímpico de Portugal

Ordem dos Psicólogos de Portugal

Confederação de Treinadores de Portugal

Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto

Centro Interdisciplinar de Estudos de généroGénero

Embaixadores do projeto

Diana Gomes (atleta olímpica de natação)

João Rodrigues (atleta olímpico de prancha à vela)

Website do Observatório:

https://obnva.ismai.pt

Redes sociais:

www.linkedin.com/company/obnva/

www.instagram.com/obnva/

www.facebook.com/observatorioviolenciaatletas

https://twitter.comoatletas

Referências bibliográficas

Alexander, K., Stafford, A., & Lewis, R. (2011). *The experiences of children participating in organised sport in the UK*. Londres: NSPCC.

Brackenridge, C., Kay, T., & Rhind, D. (2012). *Sport, children's rights and violence prevention: A source book on global issues and local programmes*. Brunel University Press.

Emery, C., Hagel, B., Decloe, M., & Carly, M. (2010). Risk factors for injury and severe injury in youth ice hockey: a systematic review of the literature. *Injury Prevention*, *16*(2), 113-118.

Evans, B., Adler, A., Macdonald, D., & Cote, J. (2016). Bullying victimization and perpetration among adolescent sport teammates. *Pediatric Exercise Science*, *28*(2), 296-303.

Fasting, K., Brackenridge, C., & Walseth, K. (2002). Consequences of sexual harassment in sport for female athletes. *Journal of Sexual Aggression*, *8*, 37-48.

Fasting, Kari, Chroni, S., & Knorre, N. (2014). The experiences of sexual harassment in sport and education among European female sports science students. *Sport, Education and Society*, *19*(2). https://doi.org/10.1080/13573322.2012.660477

Gervis, M., & Dunn, N. (2004). The emotional abuse of elite child athletes by their coaches. *Child Abuse Review*, *13*, 215-223.

Jacobs, F., Smits, F., & Knoppers, A. (2016). You don't realize what you see!: The institutional context of emotional abuse in elite youth sport. *Sport in Society*, *20*(1), 1-18.

Kerr, G. (2010). Physical and emotional abuse of elite child athletes : The case of forced physical exertion. In C. Brackenridge & D. Rhind (Eds.), *Elite child athlete welfare: international perspectives* (pp. 41-50). Londres: Brunel University Press.

Kerr, Gretchen, Wilson, E., & Stirling, A. E. (2020). *"It was the worst time in my life": The effects of emotionally abusive coaching on female Canadian national team athletes*.

McPherson, L., Long, M., Nicholson, M., Cameron, N., Atkins, P., & Morris, M. E. (2016). Secrecy Surrounding the Physical Abuse of Child Athletes in Australia. *Australian Social Work*. https://doi.org/10.1080/0312407X.2016.1142589

Mountjoy, M., Rhind, D., Tiivas, A., & Leglise, M. (2015). Safeguarding the child athlete in sport: a review, a framework and recommendations for the IOC youth athlete development model. *British Journal of Sports Medicine*, *49*, 883-886.

Ohlert, J., Seidler, C., Rau, T., Rulofs, B., & Allroggen, M. (2018). Sexual violence in organized sport in germany. *German Journal of Exercise and Sport Research*, *48*, 59-68.

Oliver, J., & Lloyd, R. (2015). Physical training as a potential form of abuse. In M. Lang & M. Hartill (Eds.), *Safeguarding, Child Protection and Abuse: International perspectives in research, policy and practice* (pp. 163-171). Londres: Routledge.

Owusu-Sekyere, F., & Gervis, M. (2014). Is creating mentally tough players a masquerade for emotional abuse ? In D. Rhind & C. Brackenridge (Eds.), *Researching and enhancing athlete welfare* (pp. 44-48). Londres: Brunel University Press.

Parent, S., Lavoie, F., Thibodeau, M. È., Hébert, M., & Blais, M. (2016). Sexual violence experienced in the sport context by a representative sample of Quebec adolescents. *Journal of Interpersonal Violence*, *31*(16). https://doi.org/10.1177/0886260515580366

Pike, E., & Scott, A. (2015). Safeguarding, injuries and athlete choice. In D. Lang & M. Hartill (Eds.), *Safeguarding, Child Protection and Abuse in Sport* (pp. 172-180). Londres: Routledge.

Pinheiro, M. C., Pimenta, N., & Malcolm, D. (2018). Experiences of pain and injury in male and female artistic gymnastics: a figurational sociological study. *Proceedings of the International Sociology of Sport Association Annual Conference*, 41. Lausanne.

Pinheiro, M. C., Pimenta, N., Resende, R., & Malcolm, D. (2014). Gymnastics and child abuse: an analysis of former international Portuguese female artistic gymnasts. *Sport, Education and Society*, *19*(4), 435-450. https://doi.org/10.1080/13573322.2012.679730

Rintaugu, E., Kamau, J., Amusa, L., & Torioloa, A. (2014). The forbidden acts: prevalence of sexual harassment among university female athletes. *African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance*, *20*(3), 974-990.

Stirling, A. E., & Kerr, G. A. (2013). The perceived effects of elite athletes' experiences of emotional abuse in the coach-athlete relationship. *International Journal of Sport and Exercise Psychology*, *11*(1), 87-100. https://doi.org/10.1080/1612197X.2013.752173

Vertommen, T., Schipper-van, V., Wouters, K., Kampen, J., Brackenridge, C., Rhind, D., … Van Den Eede, F. (2016). Interpersonal violence against children in sport in the Netherlands and Belgium. *Child Abuse and Neglect*, *51*, 223-236.

03

ENTREVISTA

— Entrevista a Miguel Jacinto

Miguel Jacinto [1,2]

[1] Doutorando em Ciência do Desporto, ramo Necessidades Educativas Especiais – Atividade Física Adaptada, Faculdade Ciências do Desporto e Educação Física (Universidade de Coimbra)

[2] Bolseiro Investigador do CIEQV

Breve apresentação curricular

Licenciado em Desporto e Bem-estar, pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria (2015-2018), mestre em Atividade Física em Populações Especiais, pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior (2018-2020) e doutorando em Ciência do Desporto, Ramo Necessidades Educativas Especiais – Atividade Física Adaptada, pela Faculdade Ciências do Desporto e Educação Física – Universidade de Coimbra (2020-atual). Bolseiro investigador no âmbito do polo de Leiria da Unidade de Investigação CIEQV – Centro de Investigação em Qualidade de Vida.

Quais são os seus objetivos como membro do CIEQV?

Enquanto membro do CIEQV, no qual me encontro a dar os primeiros passos, irei sobretudo aprender. Os meus objetivos passam por realizar todo o percurso do 3ºciclo de estudos com sucesso, desenvolvendo competências na área de investigação, contando com o apoio de profissionais especializados e com competências para orientar todo o

processo. Pretendo contribuir, de forma positiva, com investigação e conhecimento, de temas de interesse pessoal, nomeadamente na área de foco do doutoramento. Por outro lado, pretendo, espero e estou disponível para integrar equipas multidisciplinar com ideias e objetivos variados, fora da minha zona de conforto, que me farão crescer enquanto investigador e profissional.

Quais são os seus projetos de investigação mais importantes?

Neste momento, encontro-me a desenvolver o meu projeto de doutoramento. Através de um estudo de intervenção (pré-pós), pretendo averiguar o impacto do exercício físico na aptidão física, capacidade cognitiva e qualidade de vida de indivíduos com dificuldade intelectual e desenvolvimental.

De que forma é que as funções de professor do ensino superior e profissional especializado na sua área de intervenção têm influenciado a investigação que desenvolve?

Não exerço funções como professor no ensino superior e profissional especializado. O meu interesse nesta área de investigação surgiu com algumas necessidades que me deparei após termino da licenciatura e ingresso no mercado de trabalho. Escassez de técnicos de exercício físico, com especialização em desporto adaptado, nas instituições/organizações que fornecem apoio às pessoas com deficiência, bem como o conhecimento ao nível físico/fisiológico destes indivíduos e ferramentas para avaliar, prescrever e implementar de forma segura, adaptada e validade, são alguns exemplos. Para além disso, a prática de exercício físico é pouco valorizada por diversas partes, aumentando o sedentarismo e uma maior exposição ao aparecimento de doenças (metabólicas ou cardiovasculares). Com a esperança média de vida dos indivíduos com dificuldade intelectual e desenvolvimental a aumentar, o interesse na promoção da sua

qualidade de vida e autonomia nas atividades de vida diária tem crescido. É de interesse pessoal, perceber até que ponto o exercício físico pode ser um bom coadjuvante para promover as variáveis anteriormente referidas, na população com dificuldade intelectual e desenvolvimental.

A investigação científica sobre a qualidade de vida e sua área de intervenção apresenta algumas recomendações para os cidadãos, utentes e/ou praticantes, durante este período de pandemia da COVID-19. Fale um pouco acerca deste problema.

Cumprir com as recomendação/restrições emitidos pela Direção Geral da Saúde, nomeadamente no que diz respeito a contatos sociais, distância de segurança e às medidas de proteção individual, nem sempre é um processo fácil e recetivo pelas pessoas com deficiência. Com o confinamento, as instituições/organizações fecharam as suas portas a saídas ao exterior, ficando limitados aos espaços e materiais existentes. Este fato, levou a uma necessidade de reformulação de todo o funcionamento das mesmas, reorganizar equipas de trabalho, bem como de reinventar tarefas/atividades.

Apesar da Direção Geral da Saúde traduzir, para a língua portuguesa, a edição original do *WHO Guidelines on Physical Activity and Sedentary Behaviour: at a glance,* onde constam recomendações para a prática de atividade física para parte de pessoas com deficiência, documento que certamente foi consultado, as taxas de inatividade física parecem ter aumentado.

Cabe aos profissionais da área, instituições/organizações que prestam apoios diretos a indivíduos com deficiência e seus familiares/tutores mobilizarem e sublinharem a importância da prática de atividade física, com foco, entre outros aspetos, na motivação destes indivíduos.

04

ARTIGO

— O Direito do Desporto, Doping e Karaté: Uma abordagem ao quadro legislativo e regulamentar português (Parte 2)

António Vences de Brito [1,2,3]

[1] Professor Doutor, Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

[2] Membro Integrado do Centro de Investigação em Qualidade de Vida, na área científica do Comportamento Motor

[3] International Martial Arts and Combat Sports Scientific Society – IMACSSS, Polónia

Resumo

O combate ao doping no desporto é um tema de recorrente discussão relativamente aos resultados obtidos nas competições, incluindo no karate. Estão em causa os princípios morais e éticos, nomeadamente a verdade desportiva, mas também a problemática da saúde e, em última análise, a vida do atleta.

A utilização de substâncias dopantes tem origem secular, mas a sua penalização surgiu apenas no século passado, derivada da criação de legislação que veio regulamentar um comportamento antiético. A legislação internacional tende a uniformizar-se em torno de organizações desportivas que regulam e controlam a atividade desportiva mundial, como sejam o COI ou a WKF, e a ser integrada nos quadros legislativos dos diferentes Estados, o que permite tornar eficiente o combate ao doping desportivo. O karate Português está

nesta luta contra a dopagem através do disposto nos estatutos e regulamentos da FNK-P.

Com este trabalho conclui-se que o quadro legislativo e regulamentar em Portugal, no que concerne ao combate ao doping no karate, é adequado. Todavia a FNK-P não tem recursos para tornar efetiva a luta contra a dopagem no karate Português.

Palavras-chave

Direito do Desporto; Doping; Ética; Karate; Desportos de Combate

Introdução

1. Contextualização

As Artes Marciais, ou seja, as diversas técnicas de combate corpo a corpo, sem armas, ou com a utilização de armas rudimentares, encontram as suas raízes, milenares, sediadas em Estados asiáticos, sendo tipicamente referidos a Índia, a China, o Japão e a Coreia.

Inicialmente criadas e desenvolvidas em associação com a preparação militar, mas também com relação à autodefesa, verificou-se que a partir de meados do século passado, fundamentalmente após a segunda guerra mundial, estas formas de combate e de preparação militar, transpuseram as fronteiras dos seus pontos de origem e prática, difundindo-se pelo mundo ocidental, adquirindo uma nova vertente interpretativa e de aplicação, ou seja, a sua integração social como atividade desportiva. Todavia, apesar da aculturação sofrida, as raízes morais e éticas, e por vezes religiosas, inerentes aos povos que as criaram, foram sendo preservadas. Contudo, a pressão das sociedades atuais, nomeadamente a competição desportiva e a importância atribuída à vitória,

afetaram as artes marciais, atualmente inseridas naquilo que se passou a designar por desportos de combate.

O Karate é uma das artes marciais, ou desporto de combate, cuja origem remota é apontada para a India, mas que encontrou o seu desenvolvimento no Japão, a partir do qual se difundiu pelo ocidente. Popularizou-se através da indústria cinematográfica, o que permitiu a sua expansão e massificação, tendo esse sido um passo fundamental para que se tornasse modalidade desportiva, à semelhança do judo.

Presentemente o Karate encontra-se internacionalmente organizado e regulado, existindo uma única federação mundial institucionalmente reconhecia, assim como uma única federação europeia, estando esta modalidade desportiva integrada como modalidade de representação nos jogos olímpicos de Tokyo. Por outro lado, verifica-se que o karate também está institucionalmente integrado a nível interno, através das federações de Karate de cada um dos Estados.

A integração de modalidades desportivas nas olimpíadas tem como pressuposto o cumprimento do estipulado para a luta contra o doping pelo COI, sem o qual este organismo exclui as organizações que não o façam.

É tendo por fundo esta sintética contextualização do Karate, que a problemática do combate ao doping no seu seio é abordada na segunda parte deste trabalho, desenvolvendo-se através de uma análise não exaustiva da regulamentação da FNK-P, e da sua adequação à legislação portuguesa e internacional em vigor, assim como da sua aplicabilidade.

2. O Karate e o doping – estruturas e regulamentação internacional

O doping não está ausente da competição no Karate, quer esta seja desenvolvida internacionalmente, ou em cada um dos Estados.

Durante muitas décadas a representação oficial do Karate esteve dispersa por várias organizações, tanto no contexto internacional, como em Portugal. Só na década de 70 do século passado, com o surgimento da World Karate Federation (WKF), o karate, como desporto, passou a ter uma única estrutura internacional oficialmente reconhecida que integra a generalidade dos estilos de karate. Este reconhecimento permitiu colocar toda a prática mundial sob a alçada de uma única estrutura, tendo esta organização vindo a ser também reconhecida pelo COI.

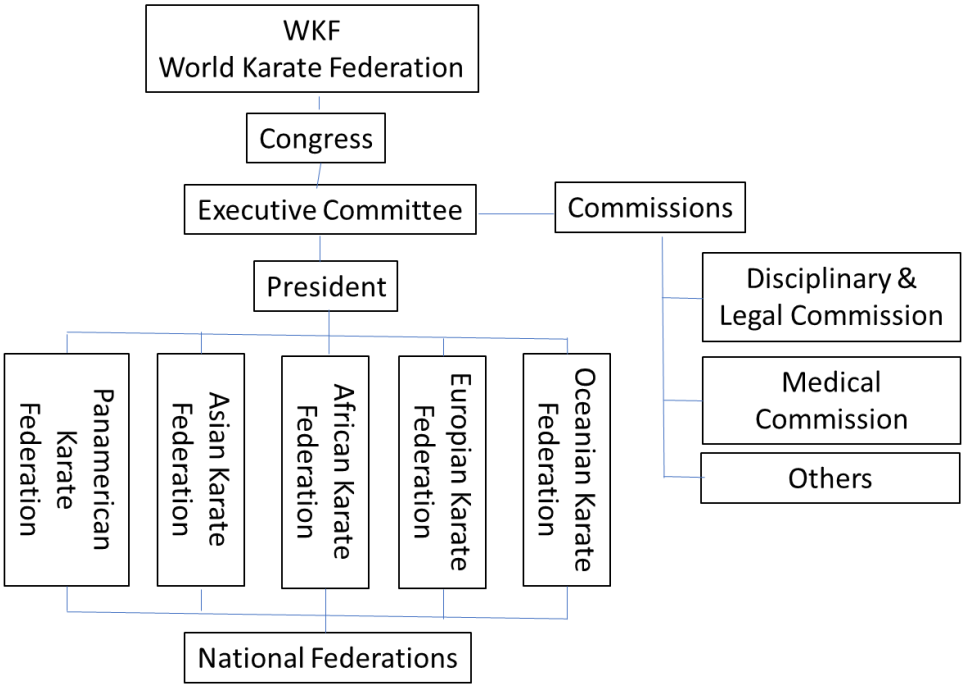

Figura 2 – Organograma da World Karate Federation (WKF, 2018).

Em conformidade com os seus estatutos, a WKF (2018) representa cinco continentes, e as federações dos respetivos Estados (art.º 2.º, n.º 2.1 e art.º 5.º WKF, 2018). A WKF tem como órgãos principais: o congresso; o comité executivo e as comissões, sendo estas últimas organizadas por áreas específicas de intervenção, nomeadamente, a disciplinar e legal e a médica. São estas comissões que possuem a responsabilidade sobre a luta contra o doping no karate. Por último surge o presidente (Figura 2).

Relativamente ao doping, os estatutos da WKF (2018), no seu art.º 8.º, n.º 8.2, sobre direitos e deveres dos indivíduos, proíbem os membros individuais de participar em competições de karate em que nestas não vigore o CMA. Apesar da remissão que esta norma faz para o CMA, a WKF tem regulamentação própria relativa ao combate ao doping, sendo essa é a linha condutora e orientadora para as federações dos diferentes Estados associados, tendo sempre em consideração e articulação a legislação interna de cada Estado.

Os incumprimentos aos estatutos e regulamentos da WKF são dirimidos por um tribunal próprio, podendo este sancionar com suspensão ou expulsão os seus associados por incumprimento das normas (art.º 21.º WKF, 2018).

Relativamente ao regulamento antidopagem da WKF (2015), este segue as disposições do CMA, e começa por dizê-lo no seu prefácio, onde acentua a importância da luta contra o doping no contexto da garantia do espírito e verdade desportiva, mas também da ética e saúde.

O regulamento antidopagem da WKF (2015), composto por vinte e dois artigos, identifica nos os art.ºs 1.º e 2.º o que entende ser o doping e as regras de violação.

Os art.ºs 3.º a 6.º dispõem sobre a componente operacional de realização de prova de doping; a lista de substâncias proibidas; testagem e análise de amostras.

Os art.ºs 7.º e 8.º dispõem sobre os resultados e direito a uma audição justa. É nos art.ºs 9.º a 15.º surgem as disposições sobre o quadro sancionatório a aplicar.

Os art.ºs 16.º a 22.º enunciam os deveres e obrigações das diversas federações Estatais de karate relativas às regras anti doping da WKF, assim como desta relativa à WADA e ao CMA.

No âmbito deste regulamento, salientamos a relevância que é atribuída à educação dos agentes e praticantes de karate que, em nosso entender, é a peça fundamental na prevenção e luta contra a dopagem no karate. Neste sentido pode ler-se no art.º 19.º o seguinte:

"WKF shall plan, implement, evaluate and monitor information, education and prevention programs for doping-free sport on at least the issues listed at Article 18.2 of the Code, and shall support active participation by Athletes and Athlete Support Personnel in such programs.

19.1 WKF may decide to request Athletes to perform educational activities before and/or during their participation in selected Events. The list of Events in which Athletes will be required to perform educational activities as a condition of participation will be published on the WKF website. The Athletes who have not performed the educational activities will be asked to provide valid justifications to have failed to participate in the educational activity.

WKF Anti-Doping Administrator or its delegate should evaluate those justifications on a case by case basis and may decide to impose disciplinary sanctions if it deemed appropriate."

Este artigo objetiva a consciencialização dos karatecas e agentes relativamente ao doping, mas também comporta todas as normas relativas à responsabilidade atribuída ao karateca pelo desconhecimento da dopagem, fundamentalmente quando a este for atribuída uma violação.

A ação da WKF centra-se no quadro competitivo internacional, e é nessa abrangência que fiscaliza, controla e sanciona a dopagem no karate.

Das intervenções de controlo de dopagem realizadas em competição e fora desta, no âmbito da ação da WKF resulta a publicação de relatórios anuais com a informação sobre: os atletas testados; por país; género; tipo de análise; tipo de recolha efetuada; e resultado. Para reflexão em relação aos relatórios publicados, o de 2017, o mais recente disponível no sítio da WKF à data de realização deste trabalho, mostra que nesse ano foram realizados 364 testes, em que em 221 a colheita foi efetuada em competição, e 143 fora de competição, tendo sido testados os três grupos principais de substâncias proibidas (Erythropoietin Stimulating Agents (ESAs), Growth Hormone (GH) and GH Releasing Factors (GHRFs)). Contudo, o relatório é omisso quanto ao número de testes positivos para a utilização de doping (WKF, 2017), o mesmo acontecendo nos relatórios anteriores (WKF, 2016), pelo que não é possível refletir sobre a incidência da dopagem no karate internacional. Todavia, através da comunicação social internacional surgem diversos relatos de casos de violação das regras de doping com aplicação de sanções de

suspensão e de perda de resultados desportivos aos infratores (e.g., https://www.usada.org/category/sanction/karate/; https://www.usada.org/sanction/cesar-colunga-accepts-doping-sanction/; https://www.usada.org/sanction/gino-bough-accepts-sanction-for-whereaboutsviolation/).

Na Europa, a EKF é a subsidiária da WKF, sendo que o seu estatuto (EKF, 2016) e regulamento sobre a dopagem (EKF, 2014) incorpora o que se encontra disposto na regulamentação da WKF.

A EKF, através das comissões permanentes de antidoping, disciplinar e legal, e médica (EKF, art.º 16.º, 2016), é a entidade competente na luta contra o doping no karate europeu. Verifica-se, como é natural, que esta organização assuma a responsabilidade de controlo do combate ao doping através da sua ação nas federações de karate europeias.

3. Federação Portuguesa de Karate e o Doping

A FNK-P é, em conformidade com o disposto no art.º 1.º dos seus estatutos (2013 a), uma "… pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, é uma federação uni desportiva que congrega os praticantes, os árbitros e os treinadores e as respetivas associações dedicados à prática desportiva do Karaté em qualquer dos seus estilos".

Tem como fins (art.º 3.º) a promoção e o desenvolvimento da prática do karate português, pelo que deve criar as condições regulamentares que permitam a prática do karate, mas também a representação internacional de Portugal através dessa prática. Essa responsabilidade federativa passa pela formação dos karatecas, treinadores, árbitros,

etc., mas também pela regulação e controlo de toda a atividade desportiva, competitiva ou não competitiva, interna e em representação internacional.

É no contexto dos fins, concretamente no que concerne à formação e controlo da prática do karate dentro dos princípios da moral e ética desportivos, mas considerando também a prática do karate como uma atividade que auxilia a manutenção de equilíbrios fundamentais na saúde, condição física e psíquica dos seus praticantes, que consideramos a sua relevância no combate ao doping.

A prática do karate, ao contrário da globalidade das modalidades, é abrangente e generalizada a todos os escalões etários, mesmo no que concerne à competição, onde esta acontece em todos os escalões etários, sendo possível encontrar karatecas com 90 anos a competir, pelo que a prática deverá ser saudável, e equilibrada, a todos os níveis.

Neste sentido, a responsabilidade da FNK-P é acrescida pela detenção do estatuto de utilidade pública desportiva, em conformidade com os requisitos legais em vigor (art.º 15.º, n.º 1 DL n.º 248-B/2008), nomeadamente no que concerne à demonstração do interesse desportivo da prática do karate pela população portuguesa em geral.

O capítulo III dos estatutos da FNK-P (2013 a) apresentam a sua estrutura organizativa, da qual destacamos a existência do Conselho de Justiça, art.ºs 31.º a 34.º; do Conselho de Disciplina, art.ºs 35.º a 37.º; e as respetivas atribuições e competências (Figura 3).

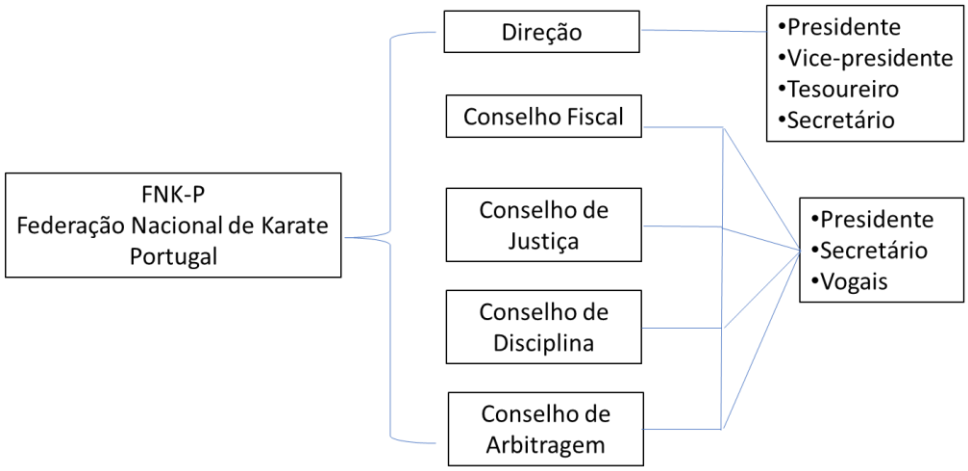

Figura 3 – Organograma da Federação Nacional de Karate – Portugal

Dispõe o art.º 35.º, relativamente ao Conselho de Disciplina que este "… é o órgão de primeira instância responsável pela apreciação e punição, de acordo com a Lei, dos Estatutos e Regulamentos Internos, das infrações disciplinares apresentadas por qualquer outro órgão da Federação", e dispõe o art.º 35.º, relativamente ao Conselho de Justiça que cabe a este órgão "… conhecer os recursos interpostos das decisões.".

O poder disciplinar (FNK-P, 1995), disposto no art.º 38.º, indica que "a acção disciplinar,… recai sobre as Associações filiadas, respetivos clubes, seus dirigentes, delegados, praticantes, treinadores e quaisquer outros agentes desportivos que, direta ou indiretamente intervenham na modalidade e, de um modo geral, a todas as pessoas, individuais ou coletivas…" que, de alguma forma, não cumpram com o disposto nos estatutos e regulamentos federativos, pelo que fica identificado o âmbito e abrangência da sua intervenção disciplinar.

Neste sentido recuamos ao art.º 12.º, relativo aos deveres dos associados, que na al. g) in fine, dispõe explicitamente sobre a sua obrigação na promoção dos valores éticos do desporto, o que engloba a luta contra o doping. Mas, neste sentido decorre também o

dever assumido pela FNK-P, resultante da celebração de contratos programa com a tutela, que expressam a realização de projetos inerentes à ética no desporto (FNK-P, 2019), onde se incluirá a formação e divulgação da problemática do doping no karate Português. Todavia, neste contexto deverá ser tomado em consideração o reduzido financiamento atribuído pela tutela para este fim, o que limita a capacidade da FNK-P intervir com eficácia na prevenção, avaliação e combate ao doping.

Estipula o art.º 13.º do regulamento antidopagem da FNK-P (2013 b), a competência de solicitação de realização de controlos antidopagem à ADoP, sendo esta agência competente para decidir sobre a sua realização ou não.

Relativamente à efetiva realização de controlos antidoping no âmbito da FNK-P, refere Martinó (2017), no seu trabalho de investigação sobre a dopagem em Portugal entre os anos de 2004 a 2014, que a federação não tem qualquer informação sobre casos de doping ou sobre a existência ou ausência de ações formativas antidoping no karate, alegando a inexistência de base de dados sobre o controlo do doping na FNK-P.

No sentido de completar temporalmente a informação de Martinó (2017), em de março de 2020 questionou-se a FNK-P se sobre a sua égide foram realizados controlos antidoping em competição e fora desta, e ações de formação aos karatecas e agentes entre os anos de 2014 e 2019, ao que a FNK-P respondeu que: foi realizada uma única ação de formação no âmbito do doping em 2014; foram efetuados controlos antidoping entre 2014 e 2017 nas principais competições nacionais e no campeonato da europa de 2014, apenas no escalão de seniores; foi encontrado um caso positivo em 2017, em que a sanção aplicada foi suspensa. Nos anos de 2018 a 2020 não foram realizadas quaisquer ações de formação ou controlo de dopagem.

Pelo exposto, poder-se-á concluir que apesar da responsabilidade delegada na FNK-P, da obrigação contratual e do que é dimanado pela legislação e regulamentação portuguesa, a FNK-P tem deficit de atuação na luta contra a dopagem no karate português.

4. Regime Sancionatório na FNK-P

O regime sancionatório e do procedimento disciplinar do regulamento antidopagem da FNK-P, encontram-se no capítulo III, nos art.ºs 25.º a 50.º (FNK-P, 2013 b). Estas normas dispõem sobre: os destinatários e responsabilidades a estes atribuídas; os processos e procedimentos; as competências de deliberação e de recurso de decisões; tipologia sancionatória disciplinar e desportiva, inerentes à aplicação de sanções e sua impugnação.

O quadro sancionatório do regulamento reflete o disposto na L 38/2012, em que as sanções vão desde a mera advertência à suspensão da atividade desportiva, sendo esta última estipulada em conformidade com a gravidade da violação, e do facto de ser primária ou não, podendo a suspensão máxima ser de 25 anos. Para além destas, dispõe também sobre as sanções desportivas, como sejam a perda de títulos e a anulação de resultados obtidos.

Das sanções aplicadas pelos órgãos disciplinares federativos ou pela ADoP cabe recurso para o TAD português, em conformidade com o disposto no art.º 30.º. Refere ainda este artigo que é também possível a intervenção do WADA nos processos disciplinares, nos termos gerais de direito e da Convenção Internacional contra a Dopagem no Desporto da UNESCO. Assim como das decisões emergentes de violações praticadas por praticante

desportivo de nível internacional, ou em eventos internacionais, são recorríveis para o Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne, nos termos previstos no CMA.

Desta norma infere-se que existe uma capacidade sancionatória direta da FNK-P, mas da qual poderá existir recurso para outras instâncias portuguesas, ou internacionais, caso envolvam a atividade do Karate a nível internacional.

Em síntese, verifica-se que o quadro sancionatório do regulamento antidoping da FNK-P reflete o que se encontra disposto na legislação portuguesa e internacional. A FNK-P tem capacidade sancionatória disciplinar e desportiva no âmbito da dopagem, mas é possível o recurso para outras instâncias, com a possibilidade de serem anuladas as sanções aplicadas pela FNK-P.

5. Conclusão

O presente trabalho permite-nos concluir que existe uma preocupação crescente sobre a problemática da dopagem no desporto, nomeadamente no karate, resultante da perceção de que o doping é causador de desequilíbrios na prática desportiva, condicionando a verdade, a ética e os princípios morais que norteiam a essência do karate. Neste sentido evoluiu a legislação e regulamentação relativa ao combate ao doping no karate, tornando-se de aplicação generalizada. Todavia, a sua incidência é direcionada para o karate competitivo, o que deixa de fora a maior parte do universo dos praticantes, limitando assim a perceção real do problema da dopagem.

Nesta luta muito desigual de combate ao doping no karate Português, é notório que a legislação e regulamentação em Portugal existe e é adequada, mas os meios disponíveis para o efeito são escassos, limitando a capacidade de intervenção efetiva da FNK-P.

Tendo sido este trabalho direcionado para a apreciação do quadro legislativo vigente em Portugal, futuramente, pretende-se alargar o espectro de analisa a outros Estados, comparando a legislação e regulamentação referente à problemática do combate ao doping no karate que neles vigora com a portuguesa.

Bibliografia

1. Alves, M A (2014). Uma visão ética na filosofia política do desporto – O Homem ético do desporto que vive na Polis. Porto. Universidade do Porto – Faculdade de Desporto. Dissertação de Mestrado.
2. Andrén-Sandberg, Ake (2016). The history of doping and antidoping. A systematic collection of published scientific literature 2000-2015. From the Department of Surgery, Karolinska Institutet at Karolinska, University Hospital, Huddinge, S-141 86 Stockholm, Sweden. Consultado em: https://www.rf.se/globalassets/riksidrottsforbundet-rf-antidoping/dokument/forskning-och-statistik/the-anti-doping-library-anti-doping-history.pdf
3. Camilo, J A; Furtado, R N (2017). Doping e a lógica da escolha. Athenea Digital, 17(1), 23-41. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1670
4. Cardoso, J A (2017). O doping no esporte à luz do direito desportivo: dispositivos normativos e tecnológicos. Brasil – Rio Claro – SP. Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Instituto de Biociências. Dissertação de Doutoramento
5. Castanheira, S N (2019). Doping/Dopagem. In Mestre, Alexandre Miguel – Enciclopédia de Direito do Desporto. 1ª Edição. Ed. Gestelegal. ISBN978-989-8951-27-4. pp. 169-170.
6. Castanheira, S N (2011). O Fenómeno do Doping no Desporto. O Atleta responsável e o irresponsável. Almedina. ISBN 978-972-40-4532-0
7. Coutinho, M P (2019). Responsabilidade Civil no Desporto. In MESTRE, Alexandre Miguel – Enciclopédia de Direito do Desporto. 1ª Edição. Ed. Gestelegal. ISBN978-989-8951-27-4. pp. 361-362.
8. Crespo, T (2019). Disciplina Desportiva. In MESTRE, Alexandre Miguel – Enciclopédia de Direito do Desporto. 1ª Edição. Ed. Gestelegal. ISBN978-989-8951-27-4. pp. 166-167
9. Despacho 29/85, (1985). Diário da República, N.º 204, IIª Série. Consultado em: http://www.adop.pt/media/8545/Despacho%2029_85.pdf
10. DL n.º 47344/19, (2019). Código Civil. Consultado em: https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34509075/view

11. DL nº 420/70, (1970). Diário do Governo, Nº 204, 1ª Série, pp. 1159-1162. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/148827/details/normal?q=DL+n%C2%BA%20420%2F70+de+3+setembro
12. DL nº 374/79, (1979). Diário da República, Nº 208, 1ª Série, pp. 2252-2254. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/370640/details/normal?q=DL+n%C2%BA%20374%2F79+de+8+de+setembro
13. DL nº 183/97, (1997). Diário da República, N.º 171, Série I-A, pp. 3790-3796. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/144642/details/normal?q=DL+n%C2%BA%20183%2F97%2C%20de+26+de+julho
14. DL n.º 105/90, (1990). Diário da República n.º 69/1990, Série I. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/333351/details/maximized?perPage=100&q=desporto
15. DL n.º 248-B/2008, (2008). Diário da República n.º 252/2008, 3º Suplemento, Série I. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/58897380/view?consolidacaoTag=Desporto
16. European Karate Federation (2016). Statutes. Montpellier, France. Consultado em: https://www.europeankaratefederation.net/images/downloads/EKF%20Statutes%20ENGLISH_Approved_Montpellier_2016.pdf
17. European Karate Federation (2014). Disciplinary and Legal Rules. 2014. Consultado em: https://www.europeankaratefederation.net/images/downloads/ekf_dlc_rules_2014.pdf
18. Federação Nacional De Karate-Portugal (2013 a) – Estatutos. Consultado em: http://www.fnkp.pt/estatutos
19. Federação Nacional De Karate-Portugal (2013 b). Regulamento antidopagem. Consultado em: http://www.fnkp.pt/wp-content/uploads/2016/11/Regulamento_Antidopagem_Mar2013_Completo.pdf
20. Federação Nacional De Karate-Portugal (1995). Regulamento Disciplinar. Consultado em: http://www.fnkp.pt/wp-content/uploads/2016/11/05_Regulamento_Disciplinar.pdf
21. Federação Nacional De Karate-Portugal (2019). Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/136/DDF/2019. Consultado em: https://www.fnkp.pt/wp-content/uploads/2020/06/CP_136_DDF_2019.pdf
22. Fernandes, J C (2007). Ética do Desporto: Análise dos discursos no debate de ideias. Coimbra. Universidade de Coimbra – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Monografia de Licenciatura
23. Freitas, T F; Lanceiro, R T (2016). Constituição da República Portuguesa e Actos Jurídicos Complementares. Ed. AAFDL. Lisboa
24. Kullok, A L (2013). O crime de doping reflexão crítica à luz do princípio do bem jurídico – Coimbra. Universidade de Coimbra – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Dissertação Mestrado

25. Instituto Português do Desporto e Juventude – IP, (2014) – Código de Ética Desportiva. ISBN 978-989-98100-2-0
26. Lei nº 112/99 (1999). Diário da República n.º 179/1999, Série I-A. Consultado em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/345127/details/maximized
27. Lei nº 5/2007, (2007). Diário da República n.º 11/2007, Série I. Consultado em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/522787/details/maximized
28. Lei nº 111/2019, (2019). Diário da República n.º 173/2019, Série I. Consultado em: https://dre.pt/home/-/dre/124572524/details/maximized
29. Lei nº 27/2009, (2009). Diário da República n.º 117/2009, Série I. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/494790/details/normal?q=L+n.%C2%BA%2027%2F2009%2C%20de+19+de+junho
30. Lei nº 38/2012, (2012). Diário da República n.º 166/2012, Série I. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/174785/details/normal?q=lei+38%2F2012+de+28+de+agosto
31. Lei nº 74/2013, (2013). Diário da República n.º 172/2013, Série I. Consultado em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/499251/details/maximized
32. Lei n.º 109/2001, (2001). Diário da República n.º 296/2001, Série I-A. Consultado em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/536642/details/maximized
33. Lima, T J (2014). Ética e Desporto Profissional. Considerações a partir da perspectiva filosófica de Sílvio Lima. pp 263-278. Consultado em: http://hdl.handle.net/10174/13554
34. Instituto Português do Desporto e Juventude IP, (2014). Código de Ética Desportiva. ISBN 978-989-98100-2-0
35. Martinó, T M (2017). Luta Contra a Dopagem no Desporto: O impacto dos programas educativos antidopagem das federações desportivas. Évora. Universidade de Évora – Escola de Ciências e Tecnologia – Departamento de Desporto e Saúde. Dissertação de Mestrado
36. Mandaric, S; Delibasic, V (2014). Sanctions for Doping in Sport. Physical Culture, 68 (1): pp.39-49
37. Matos, N I (2019). Sanções Desportivas. In Mestre, Alexandre Miguel – Enciclopédia de Direito do Desporto. 1ª Edição. Ed. Gestelegal. ISBN 978-989-8951-27-4. pp. 365-366.
38. Mestre, A M. (2019). Papel político e jurídico do estado na organização de eventos desportivos. Motricidade, 15 (S2) pp.26-28
39. Miranda, J; Medeiros, R (2017). Constituição Portuguesa Anotada. 2º Edição, Universidade Católica, vol. I, pp. 1043-1045. ISBN 978-972-5405-41-3.
40. Pereira, A G (2008). Responsabilidade Civil em Eventos Desportivos. Direito & Desporto, Revista Jurídica do Desporto, Ano V – N.º 14, pp. 227-265

41. Pinto, E V (2019). Ética Desportiva. In Mestre, Alexandre Miguel – Enciclopédia de Direito do Desporto. 1ª Edição. Ed. Gestelegal. ISBN978-989-8951-27-4. pp. 176-177.
42. Portaria n.º 373/80, (1980). Diário da República, N.º 152, 1ª Série, pp. 1541-1544. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/471724/details/normal?q=Portaria+n.%C2%BA%20373%2F80+de+4+de+julho
43. Portaria n.º 130/91, (1991). Diário da República n.º 36/1991, Série I-B. Consultado em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/478053/details/maximized?perPage=100&q=desporto
44. Portaria n.º 1123/09, (2009). Diário da República n.º 191/2009, Série I . Consultado em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/490948/details/maximized
45. Rocha, C (2019). Responsabilidade Contraordenacional no Desporto. In Mestre, Alexandre Miguel – Enciclopédia de Direito do Desporto. 1ª Edição. Ed. Gestelegal. ISBN978-989-8951-27-4. pp. 363.
46. Soares, N (2019). Responsabilidade Disciplinar no Desporto. In Mestre, Alexandre Miguel – Enciclopédia de Direito do Desporto. 1ª Edição. Ed. Gestelegal. ISBN978-989-8951-27-4. pp. 364.
47. Sobral, C A (2013). Ética, Deontologia e Fair Play no Desporto. Jurismat, Portimão, pp. 275-298
48. Teixeira, A S (2019). Doping: Necessidade ou complemento. Porto. Universidade do Porto – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Dissertação de Mestrado
49. Vieira, E S (2018). Ética Desportiva e Contrato de Trabalho Desportivo: (In)Existência de Justa Causa de Despedimento. Coimbra. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado
50. World Anti-Doping Agency (2018). World Anti-doping Code. Canada - Montreal, Quebec. Disponível em: URL: www.wada-ama.org
51. World Karate Federation (2018). Statutes. Madrid. Disponível em: https://www.wkf.net/pdf/wkf-statutes-2018-english-pdf-eng.pdf
52. World Karate Federation (2015). Anti-Doping Rules. Disponível em: https://www.wkf.net/pdf/22-01-2016_wkf_antidoping-rules-pdf-en-486.pdf
53. World Karate Federation (2016). Annual Anti-Doping Statistical Report. Consultado em: https://www.wkf.net/sport-antidoping
54. World Karate Federation (2017). Annual Anti-Doping Statistical Report. Consultado em: https://www.wkf.net/sport-antidoping O desporto e a cultura física são direitos constitucionalmente garantidos pelo estado Português. Dispõe a Constituição da República Portuguesa (CPR) no seu o artigo (art.º) 79.º, intitulado Cultura física e desporto que:

05

PUBLICAÇÕES

Rodrigues, F., Cid, L., Forte, P., Teixeira, D., Travassos, B., & Monteiro, D. (aceite). A avaliação do hábito em praticantes de exercício físico: Testando a validade do Self-Report Behavioral Automaticity Index. *Motricidade*. https://doi.org/10.6063/motricidade.21495

Teixeira, D., Rodrigues, F., Vitorino, A., Cid, L., Bento, T., Evmenenko, A., Macedo, R., Morales, V., & Monteiro, D. (aceite). The Dualistic Model of Passion in Adapted Sport: A double-serial mediation analysis on satisfaction with life. *Current Psychology*. https://doi.org/10.1007/s12144-021-02186-5

Rodrigues, F., Pelletier, L., Rocchi, M., Cid, L., Teixeira, D., Monteiro, D. (aceite). Adaptation and Validation of a Portuguese Version of the Sports Motivation Scale-II (SMS-II-P) Showing Invariance for Gender and Sport Type. *Perceptual and Motor Skills*. https://doi.org/10.1177/00315125211039362

Rodrigues, F., Mageau, G., Vitorino, A., Lemelin, E., Teixeira, D., Cid, L., & Monteiro. D. (2021). Life satisfaction of Paralympians: the role of needs satisfaction and passion. *International Journal of Sports Science & Coaching*. https://doi.org/10.1177/17479541211036224

Fernandes, R., Oliveira, R., Martins, A., Brito, J.M. (2021). Internal training and match load quantification of one-match week schedules in female first league Portugal soccer team. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 21(3), 126-138. https://revistas.um.es/cpd/article/view/469141/310271

Fernandes, R., Oliveira, R., Martins, A., Paulo Brito, J. (2021). Internal training and match load quantification of one-match week schedules in female first league Portugal soccer team. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 21(3), 126-138.

Martins. A., Oliveira, R., Brito, J., Costa, T., Ramalho, F., Pimenta, N., Rocha, R. (2021). Phase angle cutoff value as a marker of the health status and functional capacity in breast cancer survivors, *Physiology & Behavior*. https://doi.org/10.1016/j.physbeh.2021.113400

Santos, F. J., Verardi, C. E. L., de Moraes, M. G., Filho, D. M. P., Macedo, A. G., Figueiredo, T. P., Ferreira, C. C., et al. (2021). Effects of Pitch Size and Goalkeeper Participation on Physical Load Measures during Small-Sided Games in Sub-Elite Professional Soccer Players. *Applied Sciences*, 11(17), 8024. http://dx.doi.org/10.3390/app11178024

Santos, F. J., Figueiredo, T. P., Filho, D. M. P., Verardi, C. E. L., Macedo, A. G., Ferreira, C. C., & Espada, M. C. (2021). Training Load in Different Age Category Soccer Players and Relationship to Different Pitch Size Small-Sided Games. *Sensors*, 21(15), 5220. MDPI AG. Retrieved from http://dx.doi.org/10.3390/s21155220

Santos, J., Malico Sousa, P., Pinheiro, V., & Jorge Santos, F. (2021). Analysis of offensive and defensive actions of young soccer goalkeepers. *Human Movement*, 18-27. https://doi.org/10.5114/hm.2021.104183

Jacinto, M., Frontini, R., Matos, R., Antunes, R. (2021). Effects of Exercise Programs on Anxiety in Individuals with Disabilities: A Systematic Review with a Meta-Analysis. *Healthcare*, 9, 1047. https://doi.org/10.3390/healthcare9081047

Dias, I., Laranjo, M., Potes, M. E., Agulheiro-Santos, A. C., Ricardo-Rodrigues, S., Fialho, A. R., Véstia, J., Fraqueza, M. J., Oliveira, M., & Elias, M. (2021). Co-Inoculation with *Staphylococcus equorum* and *Lactobacillus sakei* Reduces Vasoactive Biogenic Amines in Traditional Dry-Cured Sausages. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(13), 7100. https://doi.org/10.3390/ijerph18137100

Rocha, F., Conceição, A., Mata, C., Narciso, J., Costa, A.M., Branco, M., Louro, H. (Reaction forces and bone maturation in taekwondo: comparison of practice with and without tatami. *Human Movement*, 24(1). https://doi.org/10.5114/hm.2023.107246.

Jacinto, M., Oliveira, R., Brito, J.P., Martins, A.D., Matos, R., Ferreira, J.P. (2021). Prescription and Effects of Strength Training in Individuals with Intellectual Disability – A Systematic Review. *Sports*, 9, 125. https://doi.org/10.3390/sports9090125

Nobari, H., Banoocy, N.K., Oliveira, R., Perez-Gomez, J. (2021). Win, Draw, or Lose? Global Positioning System-Based Variables' Effect on the Match Outcome: A Full-Season Study on an Iranian Professional Soccer Team. *Sensors*, 21, 5695. https://doi.org/10.3390/s21175695

Ribeiro, J., Afonso, J., Camões, M., Sarmento, H., Sá, M., Lima, R., Oliveira, R., Clemente, F.M. (2021). Methodological Characteristics, Physiological and Physical Effects, and Future Directions for Combined Training in Soccer: A Systematic Review. *Healthcare*, 9, 1075. https://doi.org/10.3390/healthcare9081075

Martins, A.D., Oliveira, R., Brito, J.P., Loureiro, N., Querido, S.M., Nobari, H. (2021). Intra-Season Variations in Workload Parameters in Europe's Elite Young Soccer Players: A Comparative Pilot Study between Starters and Non-starters. *Healthcare*, 9, 977. https://doi.org/10.3390/healthcare9080977

Nobari, H., Sögüt, M., Oliveira, R., Pérez-Gómez, J., Suzuki, K., Zouhal, H. (2021). Wearable Inertial Measurement Unit to Accelerometer-Based Training Monotony and Strain during a Soccer Season: A within-Group Study for Starters and Non-Starters. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18, 8007. https://doi.org/10.3390/ijerph18158007

Nobari, H., Oliveira, R., Siahkouhian, M., Pérez-Gómez, J., Cazan, F., Ardigò, L.P. (2021). Variations of Accelerometer and Metabolic Power Global Positioning System Variables across a Soccer Season: A Within-Group Study for Starters and Non-Starters. *Applied Sciences*, 11, 6747. https://doi.org/10.3390/app11156747.

Nobari, H., Silva, R., Clemente, F.M., Oliveira, R., Carlos-Vivas, J., Pérez-Gómez, J. (2021). Variations of external workload across a soccer season for 3 starters and non-starters. *Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part P: Journal of Sports Engineering and Technology*. https://doi.org/10.1177/17543371211039297

Clemente, F.M., Aquino, R., Praça, G.M., Rico-González, M., Oliveira, R., Silva, A.F., Sarmento, H., Afonso, J. (2021) Variability of internal and external loads and small-sided soccer games: A systematic review. *Biology of Sport*, 39(3), 647-672. https://doi.org/10.5114/biolsport.2022.107016

Rico-González, M., Oliveira, R., Vieira L.P., Pino-Ortega, J., Clemente, F.M. (2021). Players´ performance during the worst-case scenarios in professional soccer matches: a systematic review. *Biology of Sport*, 39(3), 695-713. https://doi.org/10.5114/biolsport.2022.107022

Catela, D., & Mercê, C. (2021). Effect of slow diaphragmatic breathing technique on heart rate, blood pressure and peripheral oxygen saturation in hypertensive elderly. *Open Access Journal of Biomedical Science*, 3(3), 780-784. https://doi.org/10.38125/OAJBS.000245

Altenburg, M., Farinha, C., Santos, C., Mercê, C., Catela, D., & Branco, M. (2021). Análisis del Comportamiento Motor basado en el Análisis de Recurrencia en Adultos con Espectro Autista y Neurotípicos en una Tarea de Equilibrio Dinámico: un estudio piloto. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 21(3), 233-242. https://doi.org/10.6018/cpd.478791

Oliveira, R., Palucci Vieira, L.H., Martins, A., Brito, J.P., Nalha, M., Mendes, B., Clemente, F.M. (2021). In-Season Internal and External Workload Variations between Starters and Non-Starters – A Case Study of a Top Elite European Soccer Team. *Medicina*, 57, 645. https://doi.org/10.3390/medicina57070645

Amoroso, J. P., Rebelo-Gonçalves, R., Antunes, R., Coakley, J., Teques, P., Valente-dos-Santos, J., & Furtado, G. E. (2021). Teamwork: a systematic review of implications from Psychosocial constructs for research and practice in the performance of Ultimate Frisbee games. *Frontiers in Psychology*, 12. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.712904

Amoroso, J. P., Coakley, J., Rebelo-Gonçalves, R., Antunes, R., Valente-dos-Santos, J., & Furtado, G. E. (2021). Teamwork, Spirit of the Game and Communication: A Review of Implications from Sociological Constructs for Research and Practice in Ultimate Frisbee Games. *Social Sciences*, 10(8), 300. https://doi.org/10.3390/socsci10080300

Martins, A.D., Brito, J.P., Oliveira, R., Costa, T., Ramalho, F., Santos-Rocha, R., Pimenta, N. (2021). Relationship between Heart Rate Variability and Functional Fitness in Breast Cancer Survivors: A Cross-Sectional Study. *Healthcare*, 9, 1205. https://doi.org/10.3390/healthcare9091205

06

ATIVIDADES DO CIEQV-LQRC

- **Artigo de referência concetual escrito pela equipa coordenadora do CIEQV**

Rodrigues, J., Chicau Borrego, C., Ruivo, P., Sobreiro, P., Catela, D., Amendoeira, J., Matos, R. (2020). Conceptual Framework for the Research on Quality of Life. *Sustainability*, 12, 4911. **https://doi.org/10.3390/su12124911**

- **Convite para publicação na revista International Journal of Environmental Research and Public Health**

O investigador prof. Dr. Carlos Silva em conjunto com dois investigadores internacionais é editor convidado de um special issue com o tópico: *Psychological Factors and Their Effect on the Health, Well-Being and Performance of Athletes*. A data de submissão de manuscritos é até ao dia 30 de novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.

- **CIEQV ganha prémio +crescimento no Politécnico de Leiria**

Os prémios I&D+i visam não só atribuir os prémios definidos no regulamento, mas também reconhecer as nossas Unidades de Investigação (UI) e investigadores mais produtivos, apresentamos o top 5 dos prémios + ciência e +crescimento, destinados às Unidades de Investigação, e o top 10 dos prémios + publicação científica internacional, destinados aos investigadores, para cada uma das quatro áreas científicas da nossa Instituição. **VER AQUI**.

- **Membros do CIEQV em reunião internacional:**

As investigadoras Carla Chicau Borrego e Susana Franco, estiveram presentes na reunião do projeto Europeu New Health 2022, em Madrid.

Projeto: 613045-EPP-1-2019-1-NL-SPO-SCP

- **Projetos de I&D nas áreas científicas do CIEQV:**

Para mais informações **VER AQUI**.

07

CONCURSOS E FINANCIAMENTOS

- Divulgação – 2ª edição do Concurso de Projetos de Computação Avançada - Candidaturas a Acesso Projeto (A2). Data limite de submissão: 13 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- Candidaturas à Oficina Colaborativa de Audiovisual Brasil-Portugal: Ditaduras e Resistência(s). Data limite de submissão: 15 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- Prémio Investigação, procura distinguir um profissional da nossa área cujo desenvolvimento de um projeto de investigação tenha impacto direto no sector do Fitness & Saúde em Portugal. Data limite de submissão: 15 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- A FCT informa que, no âmbito do acordo estabelecido entre Portugal e o CERN, se encontra a promover um concurso para projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) em conjunto como CERN. Data limite de submissão: 15 de outubro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- Concurso para a 1ª edição do Prémio João Monjardino 2021, organizado Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Fundação Francisco Pulido Valente (FFPV). Data limite de submissão: 31 de outubro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- Synergy Grants 2022, financiado pela ERC. Data limite de submissão: 10 de novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- Programa Estratégico de Inovação 2021-2027. Data limite de submissão: 18 de dezembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.

- Programa de Trabalhos 2021-2022, Destinations Fight Against Crime and Terrorism (FCT) & Effective management of EU external borders (BM) &Resilient Infrastructure (INFRA) & Disaster-Resilient Society for Europe (DRS) & Strengthened Security Research and Innovation (SSRI):
    - Call 2021 abertura a 30 de junho 2021 e prazo a 23 de novembro 2021
    - Call 2022 abertura a 30 de junho 2022 e prazo a 23 de novembro 2022
    - Para mais informações **VER AQUI**.
- Programa de Trabalhos 2021-2022, Destination Increased Cybersecurity (CS)
    - Call 2021 abertura a 30 de junho 2021 e prazo a 21 de outubro 2021
    - Call 2022 abertura a 30 de junho 2022 e prazo a 16 de novembro 2022
    - Para mais informações **VER AQUI**.
    - Calls Programas de Trabalhos do Cluster 2, Cultura Criatividade e Sociedade Inclusiva. Para mais informações **VER AQUI**.
- O Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (INR) abriu as candidaturas para os Prémios de Investigação e Desenvolvimento 2021, nas áreas da Inovação Tecnológica, das Ciências Sociais e Humanas e da mensagem gráfica. Para mais informações **VER AQUI**.
- Call Proof of Concept 2022, financiado pela ERC Data limite de submissão: 14 de dezembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- Concurso “Bolsa de Investigação em Oncologia LPCC-NRS/Terry Fox 2020-2021”, financiado pela Liga Portuguesa Contra o Cancro. Data limite de submissão: 18 de dezembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- Concurso para projetos inovadores em diversas áreas das ciências sociais e exatas, financiado pela EEA Grants Portugal. Prazo de submissão: 4 de dezembro de 2020 a 30 de junho de 2023. Para mais informações **VER AQUI**.

ISSN: 2184-8637

- Concurso Recuperar Portugal: (Aviso de Abertura de Concurso N.º 02/C13-i01/2021). Data limite de submissão: 31 de dezembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.

ISSN: 2184-8637

08

AGENDA

- **World Congress of Performance Analysis of Sport & International Symposium on Computer Science in Sport** realizado em Viena (Austria) durante os dias 29 de agosto e 21 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **XI Congresso Ibero-Americano de Indicadores de Ciência e Tecnologia** realizado em Lisboa (Portugal) nos dias 8-10 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **OBSERVATÓRIO NACIONAL DE VIOLÊNCIA CONTRA ATLETAS** realizado na Maia (Portugal) no dia 21 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **ICEM 2020 Conference – Annual Conference of International Council of Educational Media** realizado em Santarém (Portugal) nos dias 22-24 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **Fifth Assembly of the International Motor Development Research Consortium** realizado ONLINE nos dias 22-25 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **European Network of Sport Education (ENSE) – "Kick off its Digital Event"** realizado em Santarém (Portugal) nos dias 23-24 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **Ecocity World Summit 2021** realizado em Roterdão (Holanda) e ONLINE nos dias 27-29 de setembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.

- **Seminário Inicial "Divers@s e Ativ@s"** realizado ONLINE no dia 28 de setembro. Para mais informações **VER AQUI**.
- **16º Seminário de Desenvolvimento Motor da Criança** realizado em Évora (Portugal) nos dias 29 e 30 de setembro. Para mais informações **VER AQUI**.
- **Ação de Formação – Ética e Deontologia no Contexto do Exercício** em Rio Maior (Portugal) ONLINE nos dias 8 e 11 de outubro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **9º Congresso da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto** realizado em Leiria (Portugal) nos dias 16-17 de outubro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **As Jornadas da Computação Científica regressam em outubro de 2021** realizado na ESTG – Politécnico de Leiria nos dias 19-21 de outubro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **Fundamental Academic Values in the EHEA – Strengthening Cooperation through Fundamental Academic Values** realizado ONLINE no dia 28 de outubro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **Literacia digital e mediática: desafios para a educação e a investigação** realizado em Bragança (Portugal) no dia 30 de outubro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **XVI Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde** realizado no Porto (Portugal) nos dias 1-13 de novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **3º Fórum da REDESPP** realizado em Coimbra (Portugal) nos dias 2-3 novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.

- **XXII Congresso da Sociedade Portuguesa de Psicologia do Desporto** realizado em Leiria (Portugal) nos dias 5-6 de novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **Congresso Mundial de Treinadores ICCE** realizado em Lisboa (Portugal) nos dias 17-21 novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **3.º ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA CIDADÃ** realizado em Santarém durante os dias 25-26 de novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **VI Conferência de Planeamento Regional e Urbano/ I Conferência de Ciência de Dados para as Ciências Sociais/ Conferência do Projeto DRIVIT-UP** realizado em Aveiro durante os dias 25-26 de novembro de 2021. Para mais informações **VER AQUI**.
- **L'ARIS – Colloque interdisciplinaire SHS** realizado em Montpellier (França) nos dias 18-21 de janeiro de 2022. Para mais informações **VER AQUI**.
- **ECOCITY WORLD SUMMIT TO 2022** realizado na Holanda nos dias 2-24 de fevereiro de 2022. Para mais informações **VER AQUI**.
- **ICITS'22 – The 2022 International Conference on Information Technology & Systems** realizado em San Carlos (Costa Rica) nos dias 9-11 de fevereiro de 2022. Para mais informações **VER AQUI**.
- **WorldCIST'22 – 10th World Conference on Information Systems and Technologies** realizado em Budva (Montenegro) nos dias 12-14 de abril de 2022. Para mais informações **VER AQUI**.
- **IV Congresso Internacional de Envolvimento dos Alunos na Escola (IVCIEAE)** realizado em Budva (Montenegro) nos dias 19-22 de julho de 2022. Para mais informações **VER AQUI**.